

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MARXISMO OCIDENTAL E A GEOGRAFIA BRASILEIRA

Paulo Roberto Teixeira de Godoy¹

Resumo: Uma síntese acerca do processo de formação do chamado marxismo ocidental constitui o ponto de partida do presente artigo. As polêmicas em torno dos neologismos referentes à teoria e a militância de Marx perfaz a segunda parte. Finalmente, breves considerações são apresentadas a respeito da recepção do marxismo na Geografia brasileira a partir dos anos de 1970. O objetivo do texto limita-se apenas em apontar alguns elementos singulares que moldaram a feição do debate no interior da Geografia brasileira entre os anos de 1970 e 1980.

Palavras-chave: Marxismo ocidental; Crítica marxista; Geografia brasileira.

BRIEF CONSIDERATIONS ON WESTERN MARXISM AND BRAZILIAN GEOGRAPHY

Abstract: A synthesis of the formation process of training Western Marxism constitutes the point of this article. The controversies around the neologisms referring to theory and militancy Marx makes up the second part. Finally, brief considerations are presented on the reception of Marxism in Brazilian geography since the 1970. The objective of the text is limited to pointing out some unique elements that shaped the debate within Brazilian Geography between the 1970s and 1980.

Keywords: Western Marxism; Criticism marxist; Brazilian Geography.

INTRODUÇÃO

Em “A Derrota da Dialética”, Leandro Konder apresenta, historicamente, a recepção das ideias de Marx no Brasil e, de modo mais amplo, na América do Sul. Pouco conhecido até o início da década de 1920, momento de formação dos partidos comunistas, Marx aparece apenas como líder revolucionário da I Internacional (1864). A tradução e publicação de algumas de suas obras, especialmente *O Capital*, têm as suas primeiras aparições editoriais nos anos de 1960. Embora, nota-se a circulação de exemplares traduzidos em espanhol, italiano e francês desde o final do século XIX, especialmente, na Argentina e no México.

No Brasil, escreve Konder, “o ano de 1883 é [...] o ano de uma famosa referência a Marx feita pelo jurista, filósofo, jornalista e poeta Tobias Barreto (1839-1889)”. Alguns intelectuais da época também se referem ao filósofo, tais como: Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Sílvio Romero, Farias Brito, Machado de Assis entre outros. No entanto, embora o nome do pensador alemão apareça em textos jornalísticos e discursos políticos nada comprovam, efetivamente, que as suas obras tenham sido objeto de leituras sistemáticas.

A divulgação do nome de Marx para além dos movimentos revolucionários europeus surge após a Comuna de Paris, da I Internacional e da transição para a II Internacional. Porém, como argumenta Haupt (1983, p. 361), “Marx torna-se um fator essencial na polifonia ideológica”. A difusão e a aceitação de seu pensamento desembocam “numa ideologia socialista eclética dominante, que integra Marx e Lassale,

¹ Docente Associado do Departamento de Geografia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro – e-mail: p.godoy@unesp.br

Bakunin e Proudhon, Dühring e Benoit Malon”. No Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Marx é interpretado, geralmente, sob a luz do evolucionismo de H. Spencer e do positivismo de A. Comte.

Nas décadas de 1970 e 1980, sob a forte censura estatal e manipulação política partidária, as universidades latino-americanas tornam-se os espaços de difusão das teorias marxistas no âmbito das ciências sociais. É, justamente, a partir desse momento que se pode observar o início do movimento de fragmentação da teoria desenvolvida tanto por Marx, quanto por Engels. A partir desse contexto, nota-se, também, o momento em que as obras de Marx chegam até a Geografia acadêmica brasileira no final dos anos de 1970 e, a partir dos anos de 1990, a sua gradual diluição entre os geógrafos do denominado Movimento de Renovação Crítica.

Para entender a recepção do marxismo durante os anos 1970, vale a pena fazer uma aproximação, mesmo que generalizada, do chamado marxismo ocidental e de seus principais teóricos. Para tanto, apenas duas referências, que são já consensuais sobre o tema, serão tratadas neste texto. A primeira refere-se à *História do Marxismo* (aqui será utilizado o Volume I, 3ª Edição de 1983) organizada por Eric Hobsbawm e publicada no Brasil. A segunda, Perry Anderson, com o ensaio *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* (1989).

O CHAMADO MARXISMO OCIDENTAL

A maioria dos teóricos que sucede Marx e Engels conhece o materialismo histórico em fase já avançada de maturidade intelectual. Autores como Labriola, Mehring, Kautsky e Plekhanov, naturais de regiões localizadas ao Leste e ao Sul da Europa, tiveram os seus primeiros contatos com os movimentos operários e, conseqüentemente, com as ideias de Marx e Engels a respeito do materialismo histórico, somente no final do século XIX. Talvez seja por esta razão que as obras publicadas nesse período estão quase que inteiramente voltadas para o debate acerca da temática comum entre eles. Mehring, por exemplo, publica *Sobre o Materialismo Histórico* (1893); Labriola, em seguida, lança a obra *Ensaio sobre o Materialismo Histórico* (1896); e Kautsky com a obra *A Concepção Materialista da História* (1927). O sentido destes trabalhos mostra-se muito mais ligado a continuidade do legado de Marx e Engels do que com o desenvolvimento de análises concretas sobre a época histórica em que viveram (ANDERSON, 1989).

Somente na geração seguinte, principalmente no período de eclosão da I Guerra Mundial, é que o eixo de preocupações teóricas se altera e passa a girar sobre os processos que levam ao desenvolvimento do capitalismo monopolista e a conseqüente expansão imperialista sobre os territórios da Ásia Meridional, África Central e América Latina. As obras de V. Lenin e Rosa Luxemburgo, por exemplo, a respeito do imperialismo são expressões teóricas da extensão interpretativa de *O Capital* em novos contextos histórico.

Além disso, as figuras mais proeminentes do marxismo estavam, durante as primeiras décadas do século XX, fortemente vinculados aos movimentos revolucionários e aos partidos políticos socialistas ou comunistas. Este aspecto da militância política torna-se relevante para a compreensão do marxismo da geração posterior, os chamados teóricos do marxismo ocidental, na medida em que permite estabelecer uma diferenciação entre a relação teoria e prática desenvolvida desde Marx até Lenin e Rosa Luxemburgo e, na geração seguinte, o cortejo de separação entre ambas e a condução do debate para o interior dos estreitos muros da academia.

Vale observar, de passagem, que a trajetória do marxismo ocidental se desenvolve, justamente, de modo inverso aos seguidos por Marx e Engels. Como é sabido entre os que estudam o marxismo, Marx parte do acerto de contas com a filosofia de Hegel e Feuerbach (1844-45), desenvolve os estudos acerca da crítica da economia política clássica nos anos de 1860-70 e desempenha, como militante revolucionário da I Internacional, a liderança política dos movimentos operários em França, Inglaterra e Alemanha. No ocidente, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, os

principais teóricos do marxismo abandonam a militância política e os estudos econômicos e se confinam nas universidades em torno de discussões filosóficas de natureza puramente teórica, metodológica e conceitual.

Neste ponto, vale uma advertência. Fazer um balanço histórico do marxismo desde Marx até os dias atuais não é uma tarefa isenta de riscos e de graves equívocos. No Prefácio do Volume I da obra *História do Marxismo*, Hobsbawm procura deixar claro que escrever a história do marxismo deve, necessariamente, levar em consideração o fato de que o método de Marx não se limita a interpretar o mundo, mas em mudar o mundo, isto é, trata-se de uma teoria revolucionária. Portanto, a revolução socialista deve ser vista como o núcleo essencial de sua teoria.

Além disso, afirma-se que a “história do marxismo não pode ser considerada como algo acabado”, pois se trata de um movimento de luta de classes e de crítica ao capitalismo desde o período de Marx e Engels até os dias atuais. Neste sentido, pode-se dizer, segundo Hobsbawm, que não há um único marxismo, mas um complexo emaranhado de concepções teóricas e práticas derivadas direta ou indiretamente do legado de Marx e Engels.

Segundo a interpretação de Anderson (1989, p. 76), “o abandono das estruturas econômicas ou políticas como problemas centrais da teoria foi acompanhado por uma alteração profunda no centro de gravidade do marxismo europeu, que se deslocou para a filosofia”. Tanto Rosa Luxemburgo como Kautsky nutriam certo desprezo pelo mundo acadêmico e pelo positivismo que sustentava a ciência burguesa da época.

Contudo, para além desse deslocamento para a filosofia, há outra justificativa determinante dessa trajetória. Em 1932 é publicado, em Moscou, os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844. Período infeliz para a publicação, pois em 1933 tem-se a vitória do nazismo na Alemanha e, em 1934, o início da política stalinista. Não obstante, a publicação da obra exerce impacto decisivo em autores como Lukács, Marcuse e Lefebvre e, em certo sentido, altera os rumos da reflexão filosófica em busca dos pressupostos originários da concepção marxiana (ANDERSON, 1989).

Outra mudança que pode ser notada na produção teórica desta geração refere-se à linguagem inacessível para o público em geral e, particularmente, para os movimentos operários. Tanto Marcuse, Adorno, Lukács e Della Volpe e outros utilizam formas de expressões verbais que se revelam excessivamente complexas e apartadas inteiramente de qualquer prática popular revolucionária. A única exceção, como observa Anderson, refere-se a Gramsci. Além de sua origem social ser infinitamente mais pobre em relação aos marxistas de sua geração e das anteriores, a sua principal obra – *Os Cadernos do Cárcere* – se deu em circunstâncias políticas extremamente desfavoráveis em razão da forte censura do regime fascista.

“Este longo divórcio – escreve Anderson –, que modelou a forma teórica do marxismo ocidental” resulta, também, do nefasto efeito das sucessivas derrotas dos movimentos revolucionários e, ao mesmo tempo, da acelerada expansão capitalista nos diferentes quadrantes do planeta. Isto não significa, entretanto, a ausência de movimentos revolucionários nas diferentes regiões do mundo, mas um distanciamento crescente entre a produção teórica do marxismo no interior das universidades e sua dimensão prática ligada à militância política partidária.

Outro aspecto relevante do marxismo ocidental diz respeito ao seu injustificável distanciamento dos movimentos de independência e anti-coloniais dos chamados, à época, países do Terceiro Mundo. Embora o marxismo-leninismo tenha tido forte difusão entre os movimentos políticos de esquerda em alguns países em África, Ásia Meridional e América latina, os principais teóricos do marxismo europeu pouco ou nada se interessaram pelos processos destrutivos que levaram a expansão do capitalismo na periferia do sistema na segunda metade do século XX.

EPÍTETOS E NEOLOGISMO: “PARTIDO DE MARX”, “MARXISTA”, “MARXIANO” e “MARXISMO”

Os epítetos onomásticos e neologismos que aparecem ainda à época de Marx e Engels, como *marxista*, *marxiano* e *marxismo*, por exemplo, são evidências não somente dos debates internos dos movimentos revolucionários de meados do século XIX, mas, particularmente, da disputa ideológica entre os opositores de Marx.

Haupt argumenta que o termo *marxiano* saiu, provavelmente, da pena de Bakunin em analogia ao líder revolucionário italiano Giuseppe Mazzini, cujo neologismo era “mazziniani”. A partir do Congresso de Haia (1872) da Associação Internacional de Trabalhadores (A.I.T.), as expressões como “Partido de Marx”, *marxiano*, *marxista* e *marxismo* passaram a ser amplamente difundidas.

Por volta de 1853-54, na polêmica seara entre Weitling e Marx surge o qualificativo de *marxiano* com forte sentido pejorativo e fazendo referência, sobretudo, “aos cegos seguidores de Marx”. De acordo com Haupt (1983, p. 349), “a palavra *marxiano* se difundirá no decênio seguinte, contraposta a *lassaliano*”. Durante a I Internacional, Bakunin lança o termo *marxidas* para designar, entre outras coisas, o comunismo autoritário de Marx. Surge também, na mesma época e com o mesmo propósito, o termo onomástico *marxistas*. Contudo, esses termos foram difundidos muito mais no sentido de acusar Marx “do que para definir-lhes as ideias”.

A partir da cisão do Congresso de Haia da Associação Internacional dos Trabalhadores é que, segundo Haupt (1983, p. 350), “a etiqueta *marxista* começa a difundir-se. Seu significado é, no entanto, bastante distinto do que lhe atribuíra Bakunin. O termo designa a fração que permanecerá fiel ao Conselho Geral e é usada em contraposição a *aliancista* ou *bakunista*”.

Com a cisão entre marxistas e anarquistas, os qualificativos onomástico se aperfeiçoam: paralelamente ao termo *marxista*, surge o neologismo *marxismo*. Não se sabe ao certo quem o inventou, mas, já 1882, o termo aparece em panfleto referindo-se ao *marxismo na Internacional*, de Paul Brousse, um anarquista extremado para quem o marxismo não era um termo relacionado a uma determinada teoria, mas uma corrente partidária da socialdemocracia alemã (HAUPT, 1983).

Na década de 1880, mesmo sob as resistências de Marx e Engels, os termos *marxista* e *marxismo* entram, definitivamente, no vocabulário dos socialistas, mas sob novas significações. “A evolução semântica – segundo Haupt – ocorrida num lapso de tempo relativamente curto deve ser entendida em relação com os profundos fenômenos de transformação do movimento operário no período de transição da I para a II Internacional; entre 1884 e 1892, completa-se a constituição dos principais partidos socialistas europeus. Nesse processo, o instrumental ideológico mudam suas funções, e a formação de partidos operários colocam as premissas para a difusão e a aceitação do marxismo” (1983, p. 357).

Nesse sentido, os termos *marxista* e *marxismo* já não são mais vistos como qualificativos pejorativos dos “cegos seguidores de Marx”, mas plenamente aceitos como princípio de luta política, meio de ação e de demarcação teórica. Após o revisionismo da II Internacional, o termo *marxismo* é definitivamente consagrado e passa a ser utilizado em vários sentidos: designa o pensamento e as obras de Marx com viés especificamente teórico; o termo *marxista*, seja como adjetivo ou substantivo, refere-se, entre outras designações, ao movimento político vinculado ao socialismo científico de Marx e Engels.

Haupt (1983, p. 374) argumenta que a consagração destes neologismos está ligada à sua utilidade prática, teórica e política. “Apropriados e reivindicados pela *escola marxista*, empunhados como bandeira, *marxista* e *marxismo* servem como ponto de referência, como termo de identificação e de demarcação”. Mas indicam, igualmente, uma ideologia traduzida tanto no sentido de visão de mundo e de método, quanto de programa político de ação.

O MARXISMO E A GEOGRAFIA BRASILEIRA

Nada pode causar mais discórdia entre as geógrafas e os geógrafos do Movimento de Renovação do que a palavra *crítica*. Em torno deste problema já se queimou muita massa cinzenta e já se forjaram argumentações das mais variadas texturas, sem que o problema tenha sido arrefecido. Pode-se perguntar se a relevância desta discórdia é, em si mesma, a expressão de sua importância para os principais representantes do Movimento de Renovação ou se, pelo contrário, consiste no descaso dos geógrafos pela sua irrelevância. Afinal, a disputa teve momentos vitoriosos na história do pensamento geográfico. No entanto, não partilhamos do suposto consenso de que o problema da *crítica* deva ser lançado na vala das futilidades.

A recepção do marxismo na Geografia brasileira durante as décadas de 1970 e 1980 apresenta, em certo sentido, uma estreita conexão com a trajetória do marxismo ocidental. Isto é, o sintomático divórcio entre a teoria e a prática revolucionária, abandono da análise sobre a estrutura econômica do capitalismo e por fim, mas não menos importante, o confinamento do debate nos intramuros das universidades.

O Movimento de Renovação crítica da Geografia brasileira guarda, também, estreita correspondência com o contexto de crise no interior do marxismo e, ao mesmo tempo, com o surgimento de concepções teóricas alternativas que apontam para as análises da política e da cultura com o explícito abandono das categorias da crítica marxista à economia política.

No excelente trabalho apresentado por Sócrates Menezes em 2016, em forma de Tese de Doutorado, diz que é preciso levar em consideração os seguintes aspectos: num primeiro momento, “as influências do caráter dogmático com que o marxismo soviético tratou a teoria social”, pois se trata da forma como a crítica inaugural foi utilizada pelo Movimento de Renovação. A consequência imediata mais radical destas influências foi a exclusão da própria concepção dialética do debate crítico. Em segundo lugar, “a crítica ao marxismo soviético tendeu, ideologicamente, a se totalizar como crítica ao marxismo em si” (2016, p. 305-308).

Neste aspecto, pode-se argumentar a respeito dos desdobramentos ideológicos da crítica ao marxismo em razão das sucessivas derrotas que os movimentos revolucionários conheceram nos anos de 1970, especialmente na América Latina com os regimes autoritários civil-militares. Não obstante, mesmo as leituras superficiais sobre os escritos de Marx parecem não ter exercido as esperadas influências na própria capacidade crítica do Movimento de Renovação. Isso porque, em grande parte, não é difícil perceber a injustificada ausência tanto da teoria marxista do valor para a análise geográfica, quanto das categorias centrais da crítica à ordem metabólica do capital.

Visto sob este ângulo, o marxismo na Geografia estava fadado, desde a sua origem, ao mais retumbante fracasso. A “derrota da dialética”, como intitula o livro de Leandro Konder, produziu as condições para a fragmentação da teoria de Marx com roupagens políticas menos radicais e, sobretudo, mais adequadas ao mundo acadêmico.

“Ainda é bastante latente – escreve Menezes – a reafirmação da necessidade de construção do conhecimento geográfico fundamentado em um método propriamente geográfico”. Milton Santos, David Harvey e Edward Soja são exemplos dos que tentaram essa façanha em construir um método geográfico. “Tal “operacionalidade” epistemológica [...] tende a caminhar cada vez mais em direção contrária aos próprios objetivos de construção/contribuição para um conhecimento *metanarrativo* da superação no *metabolismo do capital*” (2016, p. 310).

Em artigo intitulado “Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988)”, e publicado inicialmente em 1988 e revisado no ano 2000, Ruy Moreira faz um balanço do Movimento de Renovação da Geografia com o objetivo de mostrar o quão plural foi esse período em termos de proposições teóricas da chamada *Geografia Crítica*.

A generalizada concepção de que o marxismo constitui a base teórica e filosófica do Movimento de Renovação é, para Ruy Moreira, uma falsa concepção. Para o autor “há marxistas, quem passe ao largo do marxismo e mesmo anti-marxistas entre os envolvidos no processo da reformulação da geografia”. Argumenta, ainda, que “se um inédito processo de refundição marxista ocorre por dentro da renovação, esta todavia não se confunde com aquele. Até porque o que verdadeiramente há é um movimento plural, convergente apenas no descontentamento com o discurso geográfico vigente” (2000, p. 34).

Embora Moreira aponte a “descoberta de Marx pela Geografia” através dos escritos de Yves Lacoste, Milton Santos e Massimo Quaini pode-se dizer, com exceção de Quaini, que a descoberta e a leitura superficial das obras de Marx não torna ninguém marxista. Estes são os casos de Y. Lacoste e Milton Santos. A simples menção a determinadas categorias de análises supostamente marxistas, não significa que a dialética materialista desenvolvida por Marx tenha exercido qualquer papel relevante nos estudos de ambos os autores. Há, em Lacoste, uma explícita recusa pelo marxismo em geral e, particularmente, pelas obras de Marx. No caso de Milton Santos percebe-se o reconhecimento dado pelo autor a respeito da importância da obra do filósofo alemão, mas isso não significa que tenha desenvolvido uma análise do espaço geográfico a partir do seu legado teórico.

Moreira enfatiza, ainda, que:

O grave no caso é que a identificação da renovação da geografia com a crítica dos marxistas, levou ao empobrecimento de ambos. A redução de um movimento de muitos entrecruzamentos a uma única face (prática natural num saber de cultura historicamente monolítica), superficializou o processo da renovação e prejudicou o florescimento de uma vertente marxista consolidada, bloqueando-a em sua chance real de acontecer. Prejudicada, ela mesma pouco vingou. (2000, p. 35).

Para França Filho (2012, p. 20), o pluralismo que marca o Movimento de Renovação produz, no interior da Geografia Crítica, um novo “modismo”. “Esse modismo” – diz o autor – associado com a multiplicidade de interpretações diferentes do marxismo dentro da Geografia, torna-se plausível como hipótese para justificar a falta de aprofundamento por parte da maioria da comunidade geográfica e a consequente leitura superficial do marxismo dentro da Geografia”.

A convergência de posições teóricas e ideo-políticas antagônicas no interior do Movimento de Renovação se revela na tônica que irá impulsionar e estimular a ampliação do leque de possibilidades de realização da Geografia Crítica, mas sem se ater às conexões internas mais profundas das contradições derivadas dos conflitos entre forças produtivas e relações capitalistas de produção. A leitura sistemática do conjunto das obras de Marx e, de modo geral, dos marxistas ocidentais passa, nesse sentido, ao largo dos interesses de grande parte dos geógrafos e geógrafas envolvidos diretamente com o Movimento de Renovação.

De acordo com Menezes (2016, p. 308-310), o rumo tomado pelo Movimento de Renovação segue a orientação geral do marxismo ocidental onde opera o processo analítico de descentralização da categoria trabalho: “Do estruturalismo se herda a necessidade de *superar* as categorias dogmatizadas do marxismo soviético” com o intuito de redefinir a malha epistemológica da renovação crítica; “Da Teoria Crítica se herda a necessidade de repor a dialética e o pensamento humano para além das *determinações fetichizantes* do sistema do capital”; e, finalmente, “convoca-se a necessidade de uma ciência que não só vai além das formas de determinação concretas no tempo e no espaço das *relações capitalistas*, mas que retorne à *modernidade* como objeto da crítica”.

Todavia, as críticas ensejadas ao Movimento de Renovação não assumem posicionamentos que desqualificam ou presumem a inutilidade dos pressupostos que levaram a radicais mudanças teóricas e ideo-políticas no interior da Geografia brasileira,

mas objetiva fazer apontamentos que se colocam como necessários para a realização própria da crítica enquanto prática social emancipatória diante das contradições e das crises estruturais do metabolismo capital-trabalho.

Naturalmente, as breves considerações apresentadas neste texto passam ao largo das inúmeras questões de caráter mais específico que caracteriza a trajetória do marxismo e, ao mesmo tempo, a dos rumos tomados pelo Movimento de Renovação Crítica da Geografia brasileira. O objetivo do texto limita-se apenas em apontar alguns elementos singulares que moldaram a feição do debate no interior da Geografia brasileira entre os anos de 1970 e 1980.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. 1989. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. 2012. Considerações Sobre a Renovação Crítica da Geografia Brasileira. Marechal Rondon: **Geografia em Questão**, volume 5, nº 1, p. 11-27.

HAUPT, Georges. 1983. Marx e o Marxismo. HOBBSAWM, Eric J. (Org.) **História do Marxismo** – o marxismo no tempo de Marx. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 347-376.

HOBBSAWM, Eric J. (Org.). 1983. **História do Marxismo** – o marxismo no tempo de Marx. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MENEZES, Sócrates O. 2016. (Tese) **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de Geografia.

MORAES, João Quartim (Org.) **História do Marxismo no Brasil** – os influxos teóricos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

MOREIRA, Ruy. 2000. Assim se Passaram Dez Anos (A Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988). Rio de Janeiro: **GEOgraphia**, ano II, nº 3, p. 27-49.

KONDER, Leandro. 2009. **A Derrota da Dialética** – a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular.